

por redução ao valor recuperável. (v) Ativo intangível Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. k. Instrumentos financeiros O Grupo classifica ativo financeiro não derivativos na categoria empréstimos e recebíveis e os passivos financeiros na categoria de outros passivos financeiros. (l) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração **Empréstimos e recebíveis** Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **Caixa e equivalentes de caixa** Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia. (iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. (vi) Instrumentos financeiros derivativos O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e o risco de variação dos preços de cobre. Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado. l. Redução ao valor recuperável de ativos No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos imobilizado e intangível para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado como a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação ajustada de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos. m. Provisões As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. (f) Geral Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, não apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. (ii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais ou exposições para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e uma estimativa de valor razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de uma saída de recursos inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como o prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. (iii) Provisões para redução do valor recuperável de ativos financeiros O Grupo avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que os clientes estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira como, atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com inadimplências.

8 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. O Grupo não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **CPC 48 - "Instrumentos Financeiros"** O CPC 48, publicado em julho de 2014, substitui as orientações existentes na CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. O CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que deve refletir o modelo de negócios e expectativa de fluxo de caixa utilizados pelo Grupo na administração de seus ativos financeiros. **Classificação - Ativos e passivos financeiros** Os ativos financeiros passarão a serem classificados em três categorias, quais sejam: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) ao valor justo por meio do resultado. A norma elimina as categorias existentes no CPC 38: "mantidos até o vencimento", "empréstimos e recebíveis" e "disponíveis para venda". Os passivos financeiros do Grupo estão classificados ao custo amortizado ou ao valor justo pelo resultado (instrumentos derivativos), o qual não foi alterado pelo CPC 48. O Grupo avalia que a aplicação do CPC 48 não terá impacto significativo sobre os saldos dos ativos financeiros em 31 de março de 2018, considerando que os ativos financeiros estavam classificados como "empréstimos e recebíveis" e passarão a ser classificados como "custo amortizado", não havendo modificação significativa em sua mensuração. **Redução no valor recuperável (impairment)** O CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" por um modelo prospectivo de "perdas de créditos esperadas". Essa mudança exigirá um julgamento sobre como a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A metodologia prevista no CPC 48 é aplicável, principalmente, para contas a receber de longo prazo, ou seja com prazo superior a 12 meses, razão pela qual estabeleceu equivalentes 1 e 2 diferenciando a expectativa de perda de créditos. Os ativos financeiros de curto prazo do Grupo representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos não tem apresentado aumento no risco de crédito e também não há em 31 de março de 2018, expectativa de aumento no risco de crédito que poderia requerer aumento significativo na provisão para perdas esperadas em relação a provisão para créditos de liquidação duvidosa. **CPC 47 - "Receita de contratos com Clientes"** O CPC 47 fornece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por qual valor uma receita deve ser registrada. Esse pronunciamento substitui o CPC 30 - Receitas e CPC 17 - Contratos de Construção e vigorará a partir dos exercícios iniciados em ou depois de 1º de janeiro de 2018. O CPC 47 prevê maior detalhamento para o reconhecimento da receita, estabelecendo que esta deve ser registrada quando a obrigação de desempenho é cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada transação é transferido ao cliente e estabelecendo, também, maior detalhamento nas divulgações. A principal receita do Grupo é representada pela comercialização de cabos condutores elétricos, de fibra óptica e telefônicos, sendo que a obrigação de desempenho é cumprida quando da entrega de produtos aos clientes. Com base na análise acima o Grupo não espera impacto significativo em suas demonstrações financeiras pela adoção do CPC 47. **CPC 06 - "Arrendamentos"** O CPC 06 (R2) introduz um modelo único para contabilização de arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, estabelecendo o reconhecimento, com limitadas exceções, de ativos e passivos pelo arrendatário. O arrendatário deve reconhecer o direito de uso do ativo subjacente arrendado e o correspondente passivo. O registro, por parte dos arrendadores, não teve mudanças significativas. O CPC 06 (R2) substitui o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e a ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Essa norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. O Grupo ainda não quantificou o impacto da adoção do CPC 06 sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção do CPC 06 dependerá especificamente do método de transição escolhido, da utilização de expedientes práticos e isenções de reconhecimento, e quaisquer arrendamentos adicionais que o Grupo celebrará. O Grupo espera divulgar sua abordagem de transição e informações quantitativas antes da adoção. Não há outras novas normas que impactem as demonstrações do Grupo de forma relevante, que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Caixa e bancos	1.675	1.980	6.236	5.750
Aplicações financeiras	18.264	17.058	18.592	17.201
	19.939	19.038	24.828	22.951

As aplicações financeiras registradas pelo Grupo como caixa e equivalentes de caixa possuem liquidez imediata e são representadas por investimentos em operações compromissadas, remunerados à taxa média de 72,27% do CDI (79,94% em 31 de março de 2017). O Grupo tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

10 Contas a receber de clientes

Em 31 de março de 2018 e 2017, os valores a receber de clientes estão assim representados:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
No país	141.957	111.764	189.733	152.770
No exterior	19.113	18.405	31.283	26.170
(i) (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.331)	(1.101)	(3.824)	(1.101)
	158.739	129.068	217.192	177.839

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos recebíveis. A Administração não espera perdas na realização das duplicatas a receber nas datas do balanço, além dos valores já contabilizados. As contas a receber de clientes têm a seguinte composição por idade de vencimento nos exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Duplicatas a vencer	138.659	112.697	188.030	154.563
Duplicatas vencidas: Em até 30 dias	7.487	6.204	10.797	8.654
Duplicatas vencidas: De 31 a 60 dias	1.600	3.450	2.308	4.876
Duplicatas vencidas: Acima de 60 dias	13.324	7.818	19.881	10.847
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.331)	(1.101)	(3.824)	(1.101)
	158.739	129.068	217.192	177.839

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Saldo no início do exercício	(1.101)	(1.034)	(1.101)	(1.008)
Provisão constituída	(2.331)	(1.101)	(3.824)	(1.101)
Reversão/baixa	1.101	1.034	1.101	1.008
Saldo no final do exercício	(2.331)	(1.101)	(3.824)	(1.101)

11 Estoques

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Produtos acabados	48.535	34.056	69.954	55.403
Produtos em elaboração	8.339	5.795	12.052	12.001
Matérias-primas e embalagens	52.259	32.826	85.236	60.605
Materiais auxiliares	1.268	872	1.422	754
Importações em andamento	10.735	10.780	23.488	25.050
Provisão para perda de estoque	(1.365)	(307)	(5.183)	(12.292)
	119.771	84.022	186.969	141.521

A movimentação da provisão para perda de estoque está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Saldo no início do exercício	(307)	(347)	(12.292)	(8.914)
Provisão constituída	(9.464)	(469)	(22.099)	(24.761)
Reversão/baixa	8.406	509	29.208	21.383
Saldo no final do exercício	(1.365)	(307)	(5.183)	(12.292)

Em 31 de março de 2018, as matérias primas, os materiais de consumo e as variações no saldo de estoques de produtos em elaboração e produtos acabados incluídos no "Custo das vendas" totalizaram R\$ 494.123 mil (2017: R\$ 410.868 mil).

12 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Imposto de renda corrente	627	96	10.268	4.962
Contribuição social corrente	58	13	86	58
PIS/COFINS, INSS e IPI	4.017	3.521	6.307	6.297
Impostos estaduais	9.784	9.611	14.739	11.018
Impostos municipais	3	-	301	71
	14.489	13.241	31.701	22.406

Registra-se nesta rubrica montantes relativos a impostos passíveis de compensação e ou restituição, oriundos das atividades da Companhia e suas controladas.

13 Partes relacionadas

A Companhia e suas controladas são parte do grupo econômico controlado em última instância pela Furukawa Electric Co. Ltd., sediada no Japão. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2018 e 2017 referem-se às transações comerciais de compra e venda e às transações financeiras celebradas através de contratos de mútuo entre as empresas do Grupo, as quais são realizadas de acordo com os termos pactuados entre as partes. Os saldos e transações com empresas relacionadas nas datas dos balanços são os seguintes:

	31/03/2018				31/03/2017			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Circulante								
Furukawa Industrial S/A Produtos Elétricos	21.194	414	-	-	7.888	562	-	-
- Argentina	-	-	-	-	-	-	-	-
OF S Fittel	-	4.025	-	13.358	-	3.795	-	3.933
The Furukawa Electric Co. Ltd	-	2.315	322	10.383	43	1.106	1.074	8.075
Furukawa Shanghai Ltd	-	286	-	286	-	406	-	406
Furukawa Colombia SAS	9.110	1.324	-	-	10.991	2.739	-	-
Furukawa Industrial Colombia SAS	6.384	562	-	-	2.807	301	-	-
Furukawa Electric México	4.097	-	-	-	3.988	124	-	-
Furukawa Industrial Optoeletrônica Ltda.	329	-	-	-	2.705	1.300	-	-
Furukawa Industrial S/A - Espanha	1.561	-	1.560	-	448	74	446	74
Furukawa Cabos e Acessórios Ltda.	-	-	-	-	-	4.490	-	-
Furukawa Industrial Optoeletrônica Ltda.	1.884	6.037	-	-	-	-	-	-
	44.559	15.199	1.882	24.027	28.870	14.897	1.520	12.488
Não circulante								
Furukawa Industrial Optoeletrônica Ltda. (a)	17.425	-	-	-	20.909	-	-	-
Furukawa Industrial Colombia SAS	2.603	-	-	-	4.338	-	-	-
Furukawa Electric México S. de R.L. de C. V.	1.173	-	-	-	1.629	-	-	-
	21.201	-	-	-	26.876	-	-	-

Transação firmada através de contrato de mútuo no valor de até R\$17.425 em parcelas de acordo com a necessidade de caixa, corrigidos pelo CDI acrescido de juros de 0,25% ao mês com pagamentos e amortização de acordo com a disponibilidade de fluxo de caixa da Companhia com prazo de 5 anos para quitação, contatos a partir da data do crédito dos valores em conta corrente. Os juros incorridos em 31 de março de 2018 representam o montante de R\$ 1.912 (R\$ 5.622 em 31 de março de 2017).

	Compras		Vendas	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Empresas controladas e coligadas				
Furukawa Industrial S.A. - Produtos Elétricos - Argentina	388	604	25.860	28.974
Furukawa Cabos e Acessórios Ltda.	29.331	21.421	-	-
Furukawa Colombia SAS	1.862	2.907	2.872	7.698
Furukawa Industrial Colombia SAS	1.045	403	3.230	1.328
Furukawa Electric México	-	-	831	516
Furukawa Industrial Optoeletrônica Ltda.	9.411	7.295	2.289	101

Empresas ligadas ao grupo de controle

	31/03/2018		31/03/2017	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Furukawa Electric Co. Ltd.	516	26.980	1.891	1.613
Furukawa Electric Europe Ltd.	-	9	-	16
Furukawa Electric Singapore Pte Ltd.	-	-	88	84
Furukawa Shanghai Ltd.	-	3.695	-	-
PT Furukawa Optical Solutions Indonésia	20	89	454	946
Suzhou Furukawa Power Optic Cable Co. Ltd	138	61	186	410
Furukawa Thailand Co. Ltd	162	105	840	1.353
Furukawa Industrial S/A - Espanha	-	-	-	517
Furukawa Fitel Optical Products(Shanghai) Co. Ltd.	-	2	-	-
OF S Fittel	5.130	19.925	14.522	7.284
	48.003	83.496	53.063	50.840

Remuneração dos administradores O Grupo é administrada por uma diretoria executiva composta de no mínimo 2 (dois) e no máximo 6 (seis) Diretores, acionistas ou não. No exercício encerrado de 31 de março de 2018, os honorários da administração totalizaram R\$ 3.503 (R\$ 3.320 em 2017). A Assembleia Geral Ordinária de 18 de julho de 2017 aprovou a reeleição dos integrantes da diretoria executiva pelo prazo de um ano e fixou em até R\$ 5.000 a remuneração total dos seus integrantes. O Grupo não concede outros benefícios aos administradores, inclusive pós-emprego ou remuneração baseada em ações.

14 Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Circulante				
Achantamentos a fornecedores	2.026	658	3.892	8.853
Títulos de clientes em cobrança judicial	4.022	5.351	4.022	5.351
(-) Provisão para perdas	(3.699)	(4.932)	(3.699)	(4.932)
Outros	2.603	2.120	3.280	3.303
	4.952	3.197	7.495	12.576
Não circulante				
Títulos de clientes em cobrança judicial	50.913	54.927	50.913	54.927
Precatórios a receber	7.574	7.574	7.574	7.574
(-) Provisão para perdas	(52.427)	(56.128)	(52.428)	(56.127)
Outros	-	-	531	(35)
	6.060	6.373	6.590	6.339

O saldo de títulos de clientes em cobrança judicial se refere a vendas realizadas entre os anos de 2000 e 2002 a clientes que deixaram de efetuar os pagamentos. A provisão para perdas foi constituída em 2002. A rubrica precatórios a receber corresponde à reversão de compensação de ICMS com precatórios adquiridos pela Companhia no exercício de 2005, a qual vinha sendo discutida judicialmente com o Governo do Estado do Paraná. A Companhia reverteu as compensações ao aderir ao parcelamento dos débitos com o Governo do Estado do Paraná. Ao longo do exercício de 2013 a Companhia desvinculou do parcelamento do ICMS o valor dos precatórios a receber.

15 Investimentos (controladora)

15.1 Informações das empresas controladas

	31/03/2018			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo)
Controladas				
Furukawa Ind. S.A. Prod. Elétricos Argentina	61.685	(